



## A MINERAÇÃO NO PARÁ: O SETOR DE GEMAS E JOIAS DE BELÉM.

Débora Almeida Chaves<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Administradora e Tecnóloga em Gestão Pública. Especialista em Economia Regional e Meio Ambiental e Gestão Pública. E-mail: [deborapochoclo@ig.com.br](mailto:deborapochoclo@ig.com.br)

### Resumo:

As atividades minerais são incontestavelmente as mais importantes dentro da economia paraense, isso decorrente do seu grande potencial em recursos naturais e minerais, embora essas atividades ainda estejam centradas em grandes complexos industriais em locais específicos do estado, nos últimos anos houve a necessidade de verticalização de sua produção e o direcionamento para setores como o de Gemas e Jóias. Assim este artigo tratará da mineração paraense abordando brevemente os planos nacionais de desenvolvimento para a região Amazônica, em especial no estado Pará, e a necessidade de verticalização da produção mineral e focando-se no setor de Gemas e Jóias de Belém - setor este ascendente dentro da economia mineral paraense - descrevendo suas principais características produtivas, suas vantagens e entraves, bem como as ações governamentais são direcionadas pelo Estado do Pará.

**Palavras-chave:** Mineração, Gemas e Joias, Desenvolvimento Econômico.

### 1. INTRODUÇÃO

As atividades minerais vêm nos últimos 30 anos despontando como as mais importantes da economia paraense, isso decorrente da descoberta nas décadas de 1970/1980, de grandes jazidas minerais encontradas no oeste e sudeste do estado – o que levou o estado, assim como a região Amazônica a serem alvo de diversos Planos e Ações a fim promover e acionar região ao desenvolvimento.

Por isso que analisar a mineração na Amazônia, e mais especificamente no Estado do Pará, faz se necessário observar os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) que tiveram a finalidade de industrializar a região amazônica [e o Pará incluso nesse cenário], planos estes causados por fatores exógenos e com estratégias econômicas para a região pautadas no estabelecimento de polos de desenvolvimento alicerçados nas grandes indústrias minerais e empresas agropecuárias.

Assim mineração despontou com uma das principais atividades beneficiadas por estes planos. E o estado do Pará como detentor de grande potencial mineral concentrou seus esforços a esse setor, que ainda hoje geram reflexos como: as atividades minerais correspondem a 15% do PIB e 86% da balança comercial (exportação) e geram 192 mil postos de trabalhos em algumas regiões do Estado. (informações do IBRAM, 2011). Por esse passo tratar da mineração no estado do Pará é observar a transformação industrial que os minerais acarretaram nos diversos segmentos sociais e econômicos e a expectativa de rápida modernização e desenvolvimento de áreas onde se localizavam, isso impulsionadas pela demanda global de mercadorias de origem mineral.

Entretanto mesmo com informações tão promissoras não foi perceptível o desenvolvimento econômico e social tão almejado, assim começam haver pressões por ações governamentais para a verticalização dos minérios e seu beneficiamento dentro do próprio estado com a aplicação e desenvolvimento de tecnologia, inovação e o direcionamento de ações para as pequenas empresas que também fazem parte da economia mineral, como o setor de Gemas e Jóias por exemplo.

É importante destacar que o Setor de Gemas e Jóias integra o setor mineral paraense e que este se desenvolve em algumas cidades do Estado como Belém, Parauapebas, Itaituba, Marabá e Santarém. Sendo que este artigo se restringirá ao estudo deste setor na Cidade de Belém visando analisar a implicação da verticalização mineral neste setor assim como as políticas públicas destinadas ao



mesmo - visto que a pouca atenção dada às pequenas e médias empresas que também fazem parte da economia mineral do paraense, e que grande parte estas estão ligadas ao Setor de Gemas e Jóias - sendo que caberia a esse setor agregar valor aos [alguns] minérios extraídos através do beneficiamento e comercialização de gemas lapidadas, artesanatos de pedra e jóias.

Desse modo, os procedimentos metodológicos empregados para a obtenção de informações e dados se basearam em um levantamento documental com diversas instituições ligadas ao setor de Gemas e Jóias (tanto a nível Nacional como Estadual) como: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério de Minas e Energia (MME), Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), Secretaria de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (SEDECT), Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia (IGAMA), Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas Empresas (SEBRAE/PA), Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Jóias da Universidade de Passo Fundo (CTPedras/RS), e entrevistas com os diretores do Pólo Joalheiro de Belém e profissionais da área joalheira para o levantamento de dados e informações.

Isto posto, para atingir o objetivo proposto este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A seção dois tratará um sobre a Mineração no Pará, os Planos de Desenvolvimento Nacional e as ações desenvolvidas pelo governo paraense. Na seção seguinte, a seção três, abordará o Setor de Gemas e Jóias de Belém descrevendo suas principais características, bem como seus entraves e vantagens. Enquanto as considerações finais fecham este artigo na quarta seção.

## **2. MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ E AS AÇÕES PARA SEU DESENVOLVIMENTO.**

As primeiras experiências com planejamento visando ao desenvolvimento no Brasil emergem por volta de 1950, pois nesse período o Estado brasileiro organizou-se para administrar seus recursos disponíveis através de planos de longo prazo os conhecidos PND (Planos Nacionais de Desenvolvimento) com políticas que se caracterizavam mais pela necessidade de organizar gastos públicos do que efetivamente por um planejamento completo, principalmente, devido às dificuldades financeiras geradas pela falta de investimento externo.

Todavia é nas décadas de 1970 e 1980 que observa-se a forte intervenção estatal, centrado na esfera federal [e de restrita participação da sociedade civil nas decisões] de investimentos em projetos de desenvolvimento voltados à infraestrutura, energia, transporte e comunicação pontos estes que faziam parte de um processo de divisão nacional do trabalho em que cada região tinha uma função predefinida no desenvolvimento do país.

Desse modo a criação dos PND's e também dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's), voltados especificamente para região amazônica, tinham com *pano de fundo*, políticas públicas de desenvolvimento em nível local formuladas de cima para baixo, com base no planejamento nacional e na centralização decisória e financeira na esfera federal com carente articulação tanto no mesmo nível como em níveis diferentes de governo.

Todavia esses Planos de Desenvolvimento, na região amazônica, prezaram pela extração e industrialização de recursos naturais e minerais abundantes na região, conhecido como os *Grandes Projetos*, que implantados no estado do Pará, à exemplo, direcionaram-se fortemente ao setor mineral, visto que o estado é detentor de diversos e abundantes minérios que traziam ao país vantagens comparativas frente a outros países além da implementação de complexos industriais em locais sem interesse local e para o capital. O que fica evidenciado a partir de então que a economia paraense passou a oscilar entre dois extremos econômico/industrial após os Grandes Projetos no Estado.

A atividade Econômica tende a se concentrar no espaço, maximizando economias de aglomeração, da mesma forma que tende a antecipar-se no tempo a fim de reduzir o coeficiente de incerteza. O desenvolvimento econômico se realiza mediante a ampliação tanto do horizonte temporal como da dimensão especial das decisões. (FURTADO, 2003 p. 188)



Ainda no tocante aos PNDs, destaca-se que os mesmos foram inspirados em concepções teóricas que preconizavam a necessidade da intervenção direta do Estado como forma de induzir o desenvolvimento em áreas geográficas selecionadas, concepções essas remetem aos teóricos do crescimento desequilibrado, tendo como principais formuladores como Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e François Perroux.

Na concepção desses teóricos para que regiões saíssem do atraso (subdesenvolvimento: como caso do Estado do Pará) o Estado precisaria intervir para criar, impulsionar e garantir condições necessárias para promover o desenvolvimento econômico indiferente do setor produtivo, e também seria o agente responsável por coordenar o planejamento do desenvolvimento esperado. Para isso teria que escolher de prioridades, já que o crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular e desequilibrada. Ou até mesmo a implantação de uma indústria motriz do qual a partir delas se estruturariam complexos industriais para dinamizar os espaços nos entornos dessas indústrias.

Entretanto esses autores observam que mesmo havendo intervenção do Estado, ainda pode haver a incapacidade de dinamizar determinados fatores de produção devido à falta de tecnologia, inovação e mão-de-obra qualificada, pois a principal dificuldade não é a escassez de recursos e sim a falta de adoção de estratégias de desenvolvimento com as ações contínuas e não apenas com investimentos isolados.

Todavia essas teorias e os PND's não foram suficientemente capazes de trazer o almejado desenvolvimento para a região Amazônica e muito menos para o estado do Pará. Pois a industrialização que se estendia ao estado apresentava tendências de concentração qualitativas/quantitativa nos espaços onde estavam os recursos minerais, e ao contrário do que se esperava, não provocou o surgimento de complexos industriais capazes de gerar encadeamentos “para trás” e “para frente”, o que acarretou em vários entraves do que para o desenvolvimento a nível social, econômico e financeiro local.

O que fica claro que o processo mineral/industrial do Pará está ligado a forte participação governamental para sua efetivação e a concentração espacial. A configuração desse modelo de desenvolvimento regional, centrado na grande empresa capitalista, gerou, dentre outras, as seguintes distorções: (1) desorganização da propriedade do capital; (2) baixo grau de geração de emprego devido aos projetos serem intensivos de capital e terra; (3) elevados custos de criação de empregos; (4) frágil integração inter-regional da indústria, entre outras. (CARVALHO, 2009)

Pontos esses que até hoje geram reflexos, no estado do Pará, como o segundo maior exportador de minérios um elevado percentual que a mineração representa no PIB estadual, também cabe ressaltar que o segmento mineral do estado é dinamizado pela demanda internacional, mantendo restrita ao consumo de bens semi beneficiados de baixo valor agregado, o que impede um maior grau de verticalização industrial no Estado.

Isso porque a lógica que impulsionou a mineração na região se baseava na garantia da utilização de vantagens comparativas decorrentes da possibilidade de acesso a recursos e serviços ambientais a baixo custo. Do mesmo modo que a viabilidade econômica mineral não dependia da existência de outros fatores, pois não estava ligada à necessidade de interagir e integrar-se a eles. (MONTEIRO, 2011)

Portanto, em que pese ao gigantismo dos volumes e cifras movimentados como decorrência da extração, beneficiamento e a transformação industrial de recursos minerais e as elevadas taxas de crescimento econômico da região e favorecimento pelo aparato estatal, a mineração não deve ser incluída dentre as atividades que impulsionam dinâmicas de desenvolvimento regional.

Tanto que se observa que até 1980 o Pará exportava apenas dois produtos minerais (bauxita e caulim) com o domínio de produtos da indústria extrativista e pouca visibilidade da indústria de transformação mineral (SILVA, 1994). E Silva (1994) ainda chama a atenção ao fato do enfraquecimento do oligopólio mineral [após 1990] e a necessidade de diversificação tecnológica de forma de garantir a permanência no mercado – tentando assim modificar o cenário apresentado ao longo de décadas, da indústria mineradora extrativista para uma indústria mineradora de beneficiamento. Devido a isso, nos meados de 1990 foram necessárias ações que se voltassem para a



verticalização da mineração paraense, pois a extração e exportação *in natura* já não estavam sendo suficiente ao desenvolvimento econômico e social esperado.

Pois mesmo com o potencial econômico regional, a mineração se expandiu de forma horizontal e não vertical – tornando-se incapaz de gerar efeitos sinérgicos positivos, situação essa que passou a enfadar. Por isso a discussão em torno da verticalização mineral, apresenta um panorama industrial com dois modelos industriais: *i*) mercado pelas [micro] pequenas e médias empresas voltadas para a produção regional e situadas nas [proximidades] de centros urbanos como o setor de gemas e jóias; *ii*) e as grandes empresas [em especial as da mineração] a partir da intervenção governamental na região voltadas para a exportação.

Fatos estes que tardiamente levaram o governo do Pará nos meados da década de 1990 a desenvolver a *Política de Desenvolvimento Mineral do Pará* – compreendida pela verticalização mineral para a transformação dos bens produzidos pelo setor, no próprio Estado – política esta voltada para o desenvolvimento sustentável e descentralizado através da conexão do sistema tecnológico estadual dos diferentes arranjos produtivos regionais, visando atender às principais demandas da região paraenses e fortalecer os vínculos entre as instâncias representativa das sociedades locais do governo e do setor produtivo estadual.

Dentre outras ações desta política cabe destaque ao Plano Diretor Joalheiro, realizado através do SEBRAE (Serviço de Apoio as Pequenas Empresas) e a SEDECT (Secretaria de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia) visava à implantação de polos joalheiros no território paraense, direcionando ações para o setor de Gemas e Jóias o que culminou com a criação do *Programa Estadual de Gemas e Jóias do Pará*.

### 3. O SETOR DE GEMAS E JÓIAS DE BELÉM

O ponto de partida a ser observado sobre setor de Gemas e Jóias no estado do Pará é que o mesmo é um reflexo das atividades minerais do estado, e que este setor vem historicamente se organizando sob a influência direta da atividade garimpeira do ouro, especialmente localizada nas regiões do Tapajós, sul do Pará e na capital Belém. E que nos últimos anos apresenta sua estrutura produtiva organizada em torno das políticas públicas destinadas pelo governo do estado do Pará.

É importante também destacar que o estado do Pará é um importante produtor de ouro com reservas estimadas em 300 toneladas e tendo em seu mapa gemológico com identificação de 256 ocorrências tipos de gemas. (IBGM, 2005). Estas características o tornam fonte de matéria-prima para os diversificados segmentos da indústria, em especial para o setor de Jóias e Gemas.

Após essas considerações iniciais, é preciso analisar o contexto histórico de como o setor de Gemas e Jóias, especificamente de Belém, vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos. Porque além de discutir sobre o setor de gemas e jóias de Belém é necessário verificar o comportamento da mineração como um fator importante papel dentro da economia do Estado do Pará e observar a política pública estadual voltada para o setor: Programa de Desenvolvimento de Gemas e Jóias que foi criado para o fomento e organização da cadeia produtiva joalheira. [a cadeia produtiva ordenada da joalheria é composta: Matéria-prima, Ourives, Cravadores, Lapidários, Design e Micro empresários].

Em 1997, há a criação do **Programa Estadual de Desenvolvimento de Gemas e Jóias do Pará**– [incluso no PPA a partir de 1998] o programa destinado a atender a todos os produtores de jóias do estado que concentram-se na região Metropolitana de Belém e nas cidades de Parauapebas, Itaituba, Marabá e Santarém. Entretanto é somente em 2002 há a consolidação desse programa como uma política pública estadual voltada para o beneficiamento da produção aurífera e das gemas dentro do próprio estado, além de direcionar ações específicas aos os produtores de jóias de diversas cidades paraenses, devido o estado do Pará apresenta [muitos] entraves quanto ao setor mineral.

Isso é decorrente do pouco benefício de sua produção mineral, que na sua quase totalidade, é exportada para outras regiões *in natura*, sem a transformação capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população, visto que o processo de verticalização da produção mineral deveria beneficiar o entorno das áreas se exploração e se estender ao setor de gemas e jóias a fim de gerar



beneficiamento dos metais preciosos e gemas, bem como gerar emprego e renda nos locais onde há produtores de jóias.

Tanto que em 2000, quando realizado o estudo denominado *Diagnóstico do Setor Joalheiro do Estado do Pará*, que procurou examinar a situação em que se encontravam os produtores de gemas e jóias, conhecer os processos produtivos, recursos humanos, as instituições de apoio e o destino da produção e outros aspectos – foi constatado, à época, que as unidades produtivas estavam distribuídas nos municípios de Belém, Marabá e Itaituba sendo 99% destas informais e com a produção destinada diretamente ao consumidor final.

Entretanto desde sua criação do Programa de Gemas e Jóias do Pará, percebeu-se uma elevação quantitativa e qualitativa dos produtos e serviços oferecidos pela cadeia produtiva, fruto de todo um esforço coletivo dos atores que desempenharam papel essencial na área da joalheria. O intuito foi acompanhar a indústria joalheira nacional nos aspectos relacionados às inovações tecnológicas e organizacionais favorecendo uma inserção no mercado nacional e global de maneira competitiva. (SECTAM, 2002). Tanto que em 2002, como forma de fomento para o setor governo do estado baixou o Decreto Nº 5375/02, que concedia isenção total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) às transações efetuadas em toda a cadeia produtiva de jóias e artesanato mineral dentro do estado [assim como a redução, de 35% para 5%, nas transações interestaduais, por uma maior competitividade da cadeia produtiva de jóias].

Diante desse cenário é importante destacar alguns pontos do setor joalheiro de Belém que segundo Chaves (2011) são:

1) O Programa de Gemas e Jóias do Pará é considerado uma **peculiaridade** no setor de gemas e jóias no Brasil, pois o estado do Pará é o único que possui uma política pública destinada verticalizar, transformar, beneficiar a produção mineral isso a fim de organizar, capacitar, formalizar os produtores além de fortalecer a cadeia produtiva do setor joalheiro paraense, atender as [todas] demandas da joalheria paraense além fomentar a comercialização através da isenção de tributos [sendo essas justificativas para o surgimento do programa] – além de em Belém dispor de um espaço referência para comercialização e pesquisa: **Pólo Joalheiro São José Liberto**.

2) A grande maioria dos produtores de jóias da Região Metropolitana de Belém estão ligados ao Programa Estadual Gemas e Jóias - sendo por este organizados e integrados para as ações realizadas pelo governo do Estado do Pará.

Dadas essas informações também percebe-se o crescimento no número empreendedores na joalheria em Belém, em 1999 era apenas 1 micro empresa, em 2004 passou para 13 micro empresários e em 2011 já são 33 micro empresários. (informações SEDECT e IGAMA). Assim como sua cadeia produtiva ordenada apresenta os seguintes quantitativos: Ourives (53), Lapidários (03), Cravadores (03), Design (39) e Microempresários (33). [lojistas, loja incubadora e os empreendedores individuais na Região Metropolitana de Belém] (IGAMA, 2011). Embora setor joalheiro apresente esse crescimento, a extração de ouro ainda é realizada por garimpos [atividade declinante] e a aquisição de insumos, ferramentas e equipamentos para a fabricação de jóias e lapidação também são, em sua quase totalidade, adquiridos de fornecedores da região centro sul com destaque para São Paulo e Minas Gerais. Pois no Pará ainda não existem conhecimentos tecnológicos locais suficientes que assegurem a melhoria contínua dos processos produtivos e dos produtos.

Fatos como esses, também demandam ao governo do Pará a expansão de tecnologia desde na extração e beneficiamento de gemas e metais, mais incentivos fiscais e financeiros e infraestruturais voltados também as MPMEs do setor joalheiro especificamente no município de Belém. Entretanto isso reflexo, [de que no Brasil], há uma valorização dos minerais industriais e o domínio de uma escola de formação de profissionais da mineração ainda de pensamento clássico, voltada para a grande mineração dos metálicos e grandes commodities energéticas e não metálicos. (LUZ e LINS, 2005). E dada à incipiência da verticalização da produção mineral, as MPMEs ainda não são beneficiadas, o que deixa perceptível o



predomínio das grandes indústrias minerais e as poucas ações voltadas para o vários segmentos minerais.

Ainda no tocante tecnologia, a mesma configura-se com um dos principais *gargalos* do setor o que impede o beneficiamento dos metais e também das gemas – principalmente se tratando de lapidação. Pois grande parte da produção joalheira em Belém configura-se como artesanal acarretando em: a) grande parte dos produtores trabalharem com baixo conteúdo tecnológico; b) a produção ser realizada apenas por uma ou poucas pessoas e; c) que grande parte das MPMEs da joalheira em Belém são familiares [além do trabalho na atividade joalheira ser passada de pai para filho].

Nas pesquisas realizadas por Chagas (2009) e Henrique (2010), as designs apontam outros aspectos produção joalheira em Belém: *i*) lenta de transição de artesanal para semi-industrial; *ii*) a crescente presença de design e capacitação. Assim como o MDIC (2011) contribui que outros aspectos que podem ser evidenciados [setor de gemas e jóias] como um processo produtivo deficiente, a insuficiente capacidade de gestão, pouca capacitação de mão-de-obra, utilização inadequada da tecnologia, baixa escolaridade, dificuldades de acesso a financiamentos, e também Chaves (2011) e alguns profissionais da área joalheira observam que esses fatores acarretam em sérios problemas na formação de preços de venda e na competitividade das jóias produzidas.

O que fica nítido com essas informações é que o setor de gemas e jóias de Belém caracterizado pela predominância das MPMEs - cenário esse não se difere das demais regiões do Brasil, conforme aponta o MDIC que quase 93% das empresas desse setor são de MPMEs – entretanto ainda não obteve um benefício significativo para o desenvolvimento de suas atividades, pois mesmo as atividades minerais sendo presentes no estado do Pará, o estado ainda não possui uma indústria joalheira e sua produção é predominante artesanal e muitos produtores de jóias dependem dos recursos do programa estadual de gemas e jóias, que giram atualmente em torno de um pouco mais de R\$ 2.500.000,00 (fonte: IGAMA- 2011).

Souza (1993) traz sua contribuição ao assunto quando afirma que as MPMEs precisam esta articuladas com o Estado, e assim possam, entre outros fatores, gerar empregos e renda, demandar mão-de-obra qualificada - ademais a autora ressalta que o Estado não de ter apenas o papel de assistir as MPMEs, pois estas não estão à margem do sistema capitalista - seja com a isenção de impostos ou benefícios de programas governamentais o que deve haver [de fato] é a integração das mesmas visto que podem ser uma preciosa fonte de dinâmica econômica e de produção do país.

Todavia percebe-se a constante ação por parte do governo no desenvolvimento, através de com parcerias como o SEBRAE e a Universidade do Estado do Pará (UEPA) para atividades como: cursos, reuniões de avaliação, workshops e a realização da Pará Expojóia (única exposição de jóias da região amazônica) – entre outras ações para os produtores de jóias, do pólo joalheiro de Belém – além da formação e capacitação profissional através Escola Rahma [oferece cursos na área de joalheria básica, avançada, cravação e nas demais frentes de capacitação] no Pólo Joalheiro de Belém. E a articulação com instituições como parcerias formalizadas com entidades, como o IBGM, e instituições, como o MDIC, MME, são consideradas essenciais para o desenvolvimento do programa.

Mesmo com essas ações ainda é relativa importância dada ao setor, que pode ser demonstrada, por exemplo, quanto à aquisição de crédito em instituições bancárias – fato este que quando investigado - deixou claro que nenhum banco (seja público ou privado) dispunha de alguma linha de crédito para o setor, apenas para MPMEs. Isso em muito pode ser ocasionado pela falta de institucionalidades dos agentes públicos e de governança dos gerenciadores do programa.

Entidades de fomento e agências de desenvolvimento, para serem bem-sucedidas na missão de promoção do desenvolvimento de uma dada região, devem investir na criação de redes intra e inter-regionais. Devem ser capazes de promover uma maior integração e/ou cooperação entre diferentes empresas e empreendedores ali presentes (...). (VALE, 2007 p. 91)

Diante de tal cenário Almeida (2010) observa também que o capital social envolvido nesse setor aparenta fragilidades na organização setorial, vistos que os laços de cooperação decorrem apenas de



interesses comerciais - mesmo com o reconhecimento das ações do governo para esse setor ainda não se percebe de forma efetiva, por parte dos atores envolvidos nesse cenário a importância de sua participação voltada para o desenvolvimento local/regional.

Nessa direção Chaves (2011) aponta características geram entraves para o setor como: 1) A cadeia produtiva não integrada, não há benefícios coletivos que vão desde a aquisição de matéria prima como a comercialização do produto; 2) As relações entre os agentes envolvidos não é cooperada e falta governança e ações mais específicas ao setor; 3) O crédito não é específico e quando obtido é apenas destinado apenas MPMEs e não a produtores individuais (ex: design) 4) O capital social que é insipiente – governo, instituições públicas e privadas tem pouco foco neste setor; 5) Aspectos gerenciais como comerciais ainda carecem de conhecimento e inovação.

Todavia ao analisar o setor de Gemas e Jóias, o IBGM (2004) também aponta que se faz necessário a implantação de metas nas áreas técnicas, empresariais, tributária, fiscal e promocional, visando de forma coordenada entre os agentes e instituições interessadas, proporcionar efeitos multiplicadores esperados - isso decorrente das mudanças no setor provocando sua reestruturação e a necessidade de políticas públicas voltadas para esse setor.

Entretanto mesmo havendo uma política pública destinado ao setor joalheiro de Belém, o mesmo carece de ações mais sólidas por ambas as partes - governo e joalheiros. Tanto que isso remete a Porter (1999) quando o autor analisa que o governo não pode criar empresas competitivas, só as mesmas podem realizar tal fato, pois são as empresas que devem trabalhar a mão-de-obra, os recursos disponíveis entre outros. E sustenta ainda que, o governo é sem dúvida um ator principal, mas raramente tem papel principal. Embora o papel do governo na criação e manutenção da vantagem competitiva seja significativo, é, contudo imparcial.

Seguindo nessa direção, a analisa-se que não basta apenas políticas públicas e investimentos se não houver a interação entre as empresas, no espaço isso tanto em aspectos geográficos, sociais e econômicos. Desse modo as políticas necessitam de constante reformulação para que haja uma ligação dos interesses do empresariado que deseja comercializar seus produtos com o governo que deseja desenvolvimento da economia do país.

Por isso Porter (1999) analisa que as políticas governamentais devem estar alinhadas as necessidades das empresas, pois são as mesmas que geram emprego, diversidade e pagam os salários da sociedade. E complementa Costa (2010, p. 105) que em síntese, políticas públicas são bem vindas desde que estejam direcionadas de modo a ajudarem as empresas a perceberem rapidamente as mudanças e reagir a elas, ao invés de protegê-las ou isolá-las da concorrência ou da mudança externa.

Desse modo o setor de Gemas e Jóias de Belém deveria se constituir como importante segmento econômico mineral do Estado do Pará, o que de fato não é. Apresentar diversos pontos críticos de produção e organização além do gargalo tecnológico, acarretando em um baixo beneficiamento mineral, pela produção joalheira e conseqüentemente afeta sua comercialização, gerando entraves para a geração de emprego, renda, desenvolvimento de tecnologia e inovação as MPMEs que constituem esse setor.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensejo em torno do desenvolvimento econômico e social na região amazônica, através das atividades minerais e agropecuárias levou o Estado brasileiro a direcionar Planos de Desenvolvimento para região, entretanto estes planos careceram muito de continuidade e avaliação pelos gestores públicos do Estado do Pará. A evidência disto é que até hoje o estado ainda é um grande exportador de *comodities* minerais com baixo beneficiamento e pouca expansão vertical de suas atividades.

Os resultados apresentados pela mineração paraense revelam as fracas bases para sustentar o desenvolvimento do estado através da mineração, isso decorrente da falta de participação de atores regionais (governos estaduais, municipais, empresários e sociedade local) que são de grande importância para a formulação de políticas de desenvolvimento regional.



O que fica claro é que foi tardio o processo de verticalização mineral no estado do Pará, haja vista que por quase 30 anos as atividades minerais se concentravam apenas nas grandes indústrias e áreas específicas onde haviam minérios, e ainda hoje caminha a passos lentos frente às demandas no cenário joalheiro nacional e internacional. Fatos estes que geram diversos impactos de ordem social e econômica para o estado. Pois o desenvolvimento de verticalização mineral deveria também refletir nas MPMEs que também fazem parte da economia mineral do paraense - grande parte ligadas ao setor de Gemas e Jóias - cabendo a esse setor agregar valor aos [alguns] minérios extraídos através do beneficiamento e comercialização de gemas lapidadas, artesanatos de pedra e jóias.

E embora seja presente uma política pública com o Programa de Gemas e Jóias do Pará – o mesmo ainda não atende as reais necessidades da produção joalheira do Estado – [como se comprometia na idéia seminal], visto que grande parte dos produtores ainda ser informal, familiar e de produção artesanal. Isso também nada mais é que uma evidência de que, infelizmente, as MPMEs do setor mineral não foram suficientemente beneficiadas pelas políticas implementadas pelos governos passados – embora verifiquem-se alguns esforços recentes no sentido de promover uma melhor estruturação e regulação das suas atividades.

Todavia mesmo a cidade de Belém tendo uma organização e infraestrutura mais significativa frente a outras cidades paraenses, é perceptível que os produtores das MPMEs que compõem o setor de gemas e jóias de Belém ainda não conseguem ser de fato beneficiados a aquisição de minérios, inovação e tecnologia, além de carecerem de parcerias efetivas na área de gestão empresarial e desenvolvimento de produtos.

Entretanto, mais do que uma política pública é necessário que haja por parte dos produtores a consciência coletiva e a atuação consonância as diretrizes do programa estadual de gemas e jóias, mesmo este sendo peculiar frente ao cenário mineral brasileiro, não pode ser visto como uma assistência que o Estado direciona aos produtores locais. E mesmo com a pouca atenção dada as MPMEs que fazem parte da economia mineral ficou também evidenciado que o Estado do Pará, ainda apresenta grande número de produtos com baixíssimos níveis de inovação, por isso necessário sim, ter um papel de alavancar e diversificar a base produtiva, que precisam ir além da geração de incentivos, superar o extrativismo devastador e migrar para uma atividade econômica que agregue valores, e que permita o aumento e a democratização da renda na sociedade, através de processos e transformação mineral, bem como desenvolvimento de pólos e lapidação, ourivesaria e joalheria, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Jesus Barros. **Pólos Produtivos de Belém e as perspectivas de APL em Parauapebas**. Monografia (Curso de especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional). Belém: NAEA, 2010.

BRASIL, **Ministério de Minas e Energia – MME**. Disponível em <[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)> Acesso em 25 Mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. – MDIC**. Fórum de Competitividade do Setor de Gemas e Jóias. Disponível em <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em 25 Mai. 2011.

CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e Grandes Projetos. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2009.

CHAGAS, Clarisse F. **Classificação da Joalheria Paraense quanto aos processos produtivos e inserção da cultura local**. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Design. UEPA, 2009.

CHAVES, Débora Almeida. **O setor de Gemas e Jóias de Belém - Um Arranjo Produtivo Local?** Artigo de Especialização em Economia Regional e Meio Ambiente. Belém: PPGE/UFPA, 2011.



COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

FURTADO. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 2003.

HARTMANN, Léo Afraneo. SILVA, Juliano Tonezer. (Org.) **Tecnologias para o setor de Gemas, Joias e Mineração**. CTPedras Gemas e Joias do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2010.

HENRIQUE, D. C.S. **Jóias do Pará**: Possibilidades construtivas do Projeto de Jóias de estruturas modulares. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Design. UEPA, 2010.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. **Indústria da Mineração**. Ano III. Vol. 20. Out. 2008. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/700/784/00001819.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2011.

IBGM. Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos Informações setoriais. Perfil / Grandes números. **O setor de gemas e metais preciosos em grandes números 2004/2007/2008**. Disponível em: <[www.ibgm.com.br](http://www.ibgm.com.br)>. Acesso em 25 Jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas e Ações para a Cadeia Produtiva de Gemas e Joias**. Hécliton Santini Henriques, Marcelo Monteiro Soares (coords.). – Brasília: Brisa, 2005.

IGAMA. Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia. Espaço São José Liberto. Disponível em <[www.saojoselibertoigama.blogspot.com](http://www.saojoselibertoigama.blogspot.com)>. Acesso em 25 Jun. 2011.

LUZ, Adão Benvindo da.; LINS, Fernando Freitas. (Ed.) **Rochas e Minerais industriais**: usos e especificações. Rio de Janeiro: MCT/CTEM, 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24088.pdf>. Acesso em 10 Out. 2011.

PARÁ, Secretária Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. **Diagnóstico do setor joalheiro do Estado do Pará**: Belém, Ananindeua e Marituba. Belém, SECTAM/PPTA, 2002.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor Joalheiro do Estado do Pará: Proposta de viabilização. SEICOM, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Disponível em <[www.seduct.pa.gov.br](http://www.seduct.pa.gov.br)> Acesso em 25 Mai. 2011.

PORTER. Michael. **Competição**: Estratégias Competitivas Essenciais. 9ª Ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues. **A mineração no Pará**: Elementos para uma estratégia de desenvolvimento regional. Governo do Estado do Pará: SEICOM, 1994.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo F.. **Pequenas e Médias Empresas na reestruturação industrial**.(Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 1993.

VALE, Gláucia M. Vasconcellos. **Territórios Vitoriosos**: o papel das redes organizacionais. Brasília: SEBRAE, 2007.